



**SANTA CASA
DO RIO GRANDE**

Fundada em 1835
Hospital de Ensino e
Entidade Filantrópica

ASSOCIAÇÃO DE CARIDADE SANTA CASA DO RIO GRANDE – Em Recuperação Judicial
CNPJ Nº 94.862.265/0001-42
BALANÇO PATRIMONIAL
Encerrado em 31/12/2022 (em Reais)

	31/12/2022	31/12/2021
ATIVO	168.737.420,61	156.140.213,28
ATIVO CIRCULANTE	35.817.265,00	24.691.071,01
Caixa e Equivalente de Caixa	15.069.696,11	4.030.457,88
Convênios a Receber	6.955.881,83	5.966.700,43
SUS a Receber	9.008.711,44	8.229.761,10
Particulares a Receber	220.974,59	267.881,53
Subvenções a Receber	120.000,00	0,00
Cartões de Crédito a Receber	33.030,56	29.547,11
Perdas Estimadas Créditos Liquidação Duvidosa	(3.790.014,44)	(2.917.294,77)
Adiantamento a Fornecedores	5.174.426,20	6.627.266,36
Outros Créditos	232.683,27	228.073,58
Estoques	2.755.597,72	2.192.330,20
Despesas do Exercício Seguinte	36.277,72	36.347,59
NAO CIRCULANTE	132.920.155,61	131.449.142,27
REALIZAVEL A LONGO PRAZO	11.904.502,03	10.086.550,52
Depósitos e Bloqueios Judiciais	4.990.735,76	4.366.282,94
Títulos de Capitalização	20.219,33	19.604,71
Precatórios a Receber	5.700.662,87	5.700.662,87
Outros Créditos de Longo Prazo	1.192.884,07	0,00
IMOBILIZADO	121.015.653,58	121.362.591,75
Terrenos	5.623.600,00	5.623.600,00
Reavaliação e Mais Valia de Terrenos	85.138.988,20	85.138.988,20
Prédios e Construções	44.838.511,43	44.838.511,43
Reavaliação e Mais Valia de Prédios	9.616.302,51	9.616.302,51
Maquinas e Equipamentos	17.623.399,12	17.188.135,84
Moveis e Utensílios	5.043.011,02	5.024.243,10
Veículos	394.677,65	398.897,65
Computadores e Periféricos	1.850.256,97	1.612.321,06
Imobilizações em Andamento	6.487.770,78	5.405.291,15
Bens em Comodato	49.200,00	0,00
Depreciações Acumuladas	(48.351.776,60)	(46.570.063,77)
Depreciação Reavaliações de Mais Valia	(7.298.287,50)	(6.913.635,42)

As Notas Explicativas são partes integrantes das Demonstrações Contábeis.



SANTA CASA
DO RIO GRANDE

Fundada em 1835
Hospital de Ensino e
Entidade Filantrópica

ASSOCIAÇÃO DE CARIDADE SANTA CASA DO RIO GRANDE – Em Recuperação Judicial
CNPJ Nº 94.862.265/0001-42
BALANÇO PATRIMONIAL
Encerrado em 31/12/2022 (em Reais)

	31/12/2022	31/12/2021
PASSIVO	168.737.420,61	156.140.213,28
PASSIVO CIRCULANTE	40.956.685,43	216.247.026,83
Fornecedores	4.032.678,28	42.963.022,45
Parcelamento de Fornecedores	0,00	3.408.268,11
Honorários Pessoa Jurídica	6.670.132,18	8.177.063,69
Obrigações Trabalhistas	11.430.191,75	45.059.021,27
Obrigações Tributárias	1.849.122,61	2.763.563,17
Instituições Financeiras	0,00	19.562.539,12
Parcelamento Não Previdenciários - Fiscal	181.088,99	260.509,68
Parcelamentos Tributários Rescindidos	0,00	78.839.372,92
Processos Fiscais PGFN	0,00	9.065.599,00
Execuções Fiscais Trabalhistas - Após a RJ	38.320,00	0,00
Adiantamento Porto RG - Convenio Pronto Socorro	12.480.000,00	0,00
Outras Obrigações	4.275.151,62	6.148.067,42
NAO CIRCULANTE	414.064.265,04	151.014.913,14
Instituições Financeiras	0,00	65.282.164,68
Parcelamento Não Previdenciários - Fiscal	227.945,97	227.945,97
Outras Obrigações	17.304.455,81	53.882,49
Dívida Moratória PROSUS	0,00	36.184.312,59
Provisão Para Contingencias - Após a RJ	457.064,44	49.266.607,41
Tributos em Atraso - Longo Prazo	174.149.445,67	0,00
Valores Trabalhistas a Pagar - RJ	40.523.574,67	0,00
Valores Fornecedores a Pagar - RJ	65.830.198,61	0,00
Valores Bancos a Pagar - RJ	81.879.098,31	0,00
Acordos Cíveis a Pagar - RJ	13.784.441,03	0,00
Serviços PJ a pagar - RJ	7.009.150,86	0,00
Rescisões com Médicos - RJ	12.898.889,67	0,00
PATRIMONIO LIQUIDO	(286.283.529,86)	(211.121.726,69)
Patrimônio Social	(299.060.065,46)	(242.348.439,10)
Reserva de Reavaliação	10.926.359,53	10.926.359,53
Ajuste de Avaliação Patrimonial	83.828.931,18	83.828.931,18
Realização Reserva Reavaliação	(6.142.540,16)	(5.851.345,64)
Realização Ajuste Avaliação Patrimonial	(1.063.985,18)	(965.606,30)
Déficit do Período	(74.772.229,77)	(56.711.626,36)

As Notas Explicativas são partes integrantes das Demonstrações Contábeis.



SANTA CASA
DO RIO GRANDE

Fundada em 1835
Hospital de Ensino e
Entidade Filantrópica

ASSOCIAÇÃO DE CARIDADE SANTA CASA DO RIO GRANDE – Em Recuperação Judicial
CNPJ Nº 94.862.265/0001-42
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO PERÍODO
Encerrado em 31/12/2022 (em Reais)

	31/12/2022	31/12/2021
RECEITA OPERACIONAL BRUTA	120.209.795,33	141.147.284,78
Receita com SUS	69.502.134,30	64.918.445,22
Receita Convênios Privados	16.106.877,42	17.182.313,69
Receita com Particulares	4.275.857,31	3.192.097,92
Receitas de Outras Atividades	427.057,24	17.184.309,58
Receitas Isenções Tributárias	14.855.354,15	16.733.001,33
Subvenções e Doações Recebidas	14.864.807,23	24.583.589,80
Aluguéis Recebidos	2.530.136,62	2.343.487,52
Deduções das Receitas (Glosas e Descontos de Metas)	(2.352.428,94)	(4.989.960,28)
CUSTOS DOS SERVICOS PRESTADOS	(111.160.724,02)	(103.734.408,71)
Custo com Pessoal Operacional	(40.352.926,62)	(40.857.753,24)
Custo com Honorários Médicos	(35.209.547,43)	(29.064.040,63)
Custo com Materiais e Medicamentos	(24.322.187,02)	(25.894.486,00)
Outros Custos Diretos	(11.276.062,95)	(7.918.128,84)
RECEITA OPERACIONAL LIQUIDA	9.049.071,31	37.412.876,07
DESPESAS OPERACIONAIS	(65.525.869,79)	(47.376.936,79)
Custo com Pessoal Administrativo	(7.309.288,35)	(7.291.527,51)
Custos com Atualizações da RJ	(36.097.567,95)	0,00
Despesas Tributárias Isentas	(14.855.354,15)	(16.733.001,33)
Outras Despesas ou Receitas Operacionais	(6.806.594,90)	(14.077.999,01)
Provisão para Contingências Jurídicas	(457.064,44)	(9.274.408,94)
RESULTADO ANTES DAS DESPESAS E RECEITAS FINANCEIRAS	(56.476.798,48)	(9.964.060,72)
Receitas Financeiras	358.597,58	322.106,48
Despesas Financeiras	(18.654.028,87)	(47.069.672,12)
DÉFICIT DO PERÍODO	(74.772.229,77)	(56.711.626,36)

As Notas Explicativas são partes integrantes das Demonstrações Contábeis.

ASSOCIAÇÃO DE CARIDADE SANTA CASA DO RIO GRANDE – Em Recuperação Judicial
CNPJ Nº 94.862.265/0001-42
DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS ABRANGENTES
Encerrado em 31/12/2022 (em Reais)

	31/12/2022	31/12/2021
RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	(74.772.229,77)	(56.711.626,36)
Realização Reserva Reavaliação	291.194,52	266.587,92
Realização Ajuste Avaliação Patrimonial	98.378,88	95.200,48
Ajustes da Recuperação Judicial	36.097.567,95	0,00
TOTAL DO RESULTADO ABRANGENTE	(38.285.088,42)	(56.349.837,96)

As Notas Explicativas são partes integrantes das Demonstrações Contábeis



ASSOCIAÇÃO DE CARIDADE SANTA CASA DO RIO GRANDE – Em Recuperação Judicial
CNPJ Nº 94.862.265/0001-42
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA – MÉTODO INDIRETO
Encerrado em 31/12/2022 (em Reais)

	31/12/2022	31/12/2021
Fluxos de Caixa das Atividades Operacionais	(72.484.572,97)	(54.339.613,55)
<i>Deficit (Superávit) Líquido do Exercício</i>	(74.772.229,77)	(56.711.626,36)
Ajustes por:		
Depreciações	2.287.656,80	2.372.012,81
Aumento ou Redução de Ativos e Passivos	170.309.233,63	64.587.051,59
(Aumento) Redução Contas a Receber	(1.844.708,25)	6.227.221,72
Aumento (Redução) PECLD	872.719,67	966.503,76
(Aumento) Redução Adiantamento a Fornecedores	1.452.840,16	751.061,98
(Aumento) Redução Estoques	(563.267,52)	465.063,18
(Aumento) Redução Outros Créditos de Curto Prazo	(4.539,82)	2.657.547,83
(Aumento) Redução Depósitos Judiciais	(624.452,82)	(348.326,00)
Aumento (Redução) Precatórios a Receber	0,00	614.043,07
(Aumento) Redução Títulos de Capitalização	(614,62)	(5.531,60)
(Aumento) Redução Outros Créditos de Longo Prazo	(1.192.884,07)	0,00
Aumento (Redução) Fornecedores	(42.338.612,28)	3.203.832,53
Aumento (Redução) Honorários a Pagar	(1.506.931,51)	(1.990.686,99)
Aumento (Redução) Obrigações Trabalhistas	(33.590.509,52)	(45.450.495,74)
Aumento (Redução) Obrigações Tributárias	(112.603.145,76)	87.166.995,37
Aumento (Redução) Outras Obrigações	15.377.657,52	1.417.201,94
Aumento (Redução) Provisão para Contingências	(48.809.542,97)	9.274.408,94
Ajuste Realização Reserva Reavaliação - PL	(291.194,52)	(266.587,92)
Ajuste Realização Ajuste Avaliação Patrimonial - PL	(98.378,88)	(95.200,48)
Aumento (Redução) Valores de Tributos em Atraso - LP	221.925.353,15	0,00
Aumento (Redução) Valores da RJ - Longo Prazo	174.149.445,67	0,00
Caixa Líquido das Atividades Operacionais	97.824.660,66	10.247.438,04
Fluxos de Caixa Atividades de Investimentos		
Aquisição de Ativo Imobilizado	(1.978.026,84)	(714.439,65)
Baixas de Ativo Imobilizado	37.308,21	121.574,23
Total Fluxo Caixa das Atividades de Investimento	(1.940.718,63)	(592.865,42)
Fluxos de Caixa Atividades de Financiamento		
Aumento (Redução) Instituições Financeiras de Curto Prazo	(19.562.539,12)	(11.010.387,44)
Aumento (Redução) Instituições Financeiras de Longo Prazo	(65.282.164,68)	2.189.779,52
Total Fluxos de Caixa Atividades de Financiamento	(84.844.703,80)	(8.820.607,92)
Varição nas Atividades	11.039.238,23	833.964,70
Varição de Caixa e Equivalentes de Caixa	11.039.238,23	833.964,70
Caixa e Equivalentes de Caixa no Início do Exercício	4.030.457,88	3.196.493,18
Caixa e Equivalentes de Caixa no Final do Exercício	15.069.696,11	4.030.457,88

As Notas Explicativas são partes integrantes das Demonstrações Contábeis



**SANTA CASA
DO RIO GRANDE**

Fundada em 1835
Hospital de Ensino e
Entidade Filantrópica

ASSOCIAÇÃO DE CARIDADE SANTA CASA DO RIO GRANDE – Em Recuperação Judicial
CNPJ Nº 94.862.265/0001-42
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
Encerrado em 31/12/2022 (em Reais)

	Patrimônio Social	Reserva de Reavaliação	Ajuste de Avaliação Patrimonial	Realização Reserva Reavaliação	Realização Ajuste Avaliação Patrimonial	Déficit do Exercício	PATRIMÔNIO LÍQUIDO
Saldo em 31/12/2020	(216.365.479,01)	10.926.359,53	83.828.931,18	(5.584.757,72)	(870.405,82)	(25.982.960,09)	(154.048.311,93)
Resultado do Período	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	(56.711.626,36)	(56.711.626,36)
Transferência para Patrimônio Social	(25.982.960,09)	0,00	0,00	0,00	0,00	25.982.960,09	0,00
Realização Ajuste Avaliação Patrimonial	0,00	0,00	0,00	0,00	(95.200,48)	0,00	(95.200,48)
Realização Reserva Reavaliação	0,00	0,00	0,00	(266.587,92)	0,00	0,00	(266.587,92)
Saldo em 31/12/2021	(242.348.439,10)	10.926.359,53	83.828.931,18	(5.851.345,64)	(965.606,30)	(56.711.626,36)	(211.121.726,69)
Resultado do Período	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	(74.772.229,77)	(74.772.229,77)
Transferência para Patrimônio Social	(56.711.626,36)	0,00	0,00	0,00	0,00	56.711.626,36	0,00
Realização Ajuste Avaliação Patrimonial	0,00	0,00	0,00	0,00	(98.378,88)	0,00	(98.378,88)
Realização Reserva Reavaliação	0,00	0,00	0,00	(291.194,52)	0,00	0,00	(291.194,52)
Saldo em 31/12/2022	(299.060.065,46)	10.926.359,53	83.828.931,18	(6.142.540,16)	(1.063.985,18)	(74.772.229,77)	(286.283.529,86)

As Notas Explicativas são partes integrantes das Demonstrações Contábeis



ASSOCIAÇÃO DE CARIDADE SANTA CASA DO RIO GRANDE – Em Recuperação Judicial
CNPJ nº 94.862.265/0001-42
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
Encerrados em 31/12/2022 (em Reais)

NOTA 01 – CONTEXTO OPERACIONAL

A ASSOCIAÇÃO DE CARIDADE SANTA CASA DO RIO GRANDE – Em Recuperação Judicial é uma associação civil, de direito privado, beneficente de assistência social, com atividade preponderante na área da saúde, de fins não econômicos e não lucrativos, fundada em 22/03/1835, com sede à Rua General Osório nº 625, Rio Grande – RS, inscrita no CNPJ sob o número 94.862.265/0001-42 e rege-se por Estatuto Social e pelas leis que lhe forem aplicáveis, possuindo CEBAS – Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social, com pedido de renovação protocolado em 16/11/2020 ainda em análise pelo Ministério da Saúde.

NOTA 02 – RECUPERAÇÃO JUDICIAL

A ASSOCIAÇÃO DE CARIDADE SANTA CASA DO RIO GRANDE solicitou em 23/06/2022 tutela cautelar antecedente, cujo deferimento se deu em 27/06/2022, antecipando os efeitos da Recuperação Judicial. Em 22/07/2022, foi promovido o pedido de recuperação judicial perante à 1ª Vara Cível da Comarca de Rio Grande – RS, processo sob número: 5012306-16.2022.8.21.0023. Cumpridas as exigências legais, o processamento da recuperação foi deferido em 04/08/2022, em decisão proferida nos termos da Lei nº 11.101/05. O plano de Recuperação Judicial foi apresentado ao juízo em 01/10/2022. Nesta data, aguarda-se a publicação do edital previsto nos arts. 7º, § 2º e 53 da Lei nº 11.101/2005 (segunda lista de credores e recebimento do plano de recuperação judicial).

NOTA 03 – FINALIDADES OPERACIONAIS

A ASSOCIAÇÃO DE CARIDADE SANTA CASA DO RIO GRANDE – Em Recuperação Judicial tem por finalidade preponderante a atividade na área da saúde e desenvolve esta e as demais atividades de forma contínua e permanente, respeitando o princípio da universalidade do atendimento, sendo-lhe permitido para tanto: (a) prestar serviços de atendimento e atenção à saúde humana, nos limites de suas possibilidades, a todos que o procurarem no sentido de proteger a família, a maternidade, a infância, a adolescência e a velhice, sem qualquer tipo ou espécie de distinção; (b) desenvolver atividades educacionais e de saúde, para formação de profissionais; e (c) promover a integração dos diversos profissionais da área da saúde ao mercado de trabalho.

NOTA 04 – APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil as quais incluem as disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações (Lei nº 6.404/76 e alterações), legislação específica aplicável a entidades de fins não econômicos (Lei Complementar nº 187/2021 e Lei nº 12.868/13 e regulamentações) e normas brasileiras de contabilidade, mais especificamente as ITG 2002 (R1) – Entidade sem Finalidade de Lucros, NBC TG 1000 (R1) – Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas e NBC TG 07 (R2) – Subvenção e Assistência Governamentais.

NOTA 05 – PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS ADOTADAS

- a) **Caixa e Equivalentes de Caixa** – Os valores contabilizados neste subgrupo, representam moeda em caixa, depósitos à vista em conta bancária e aplicações financeiras, bem como os recursos que possuem as mesmas características de liquidez de caixa e de disponibilidade imediata. As aplicações financeiras estão demonstradas pelos valores originais aplicados, acrescidos dos rendimentos pró-rata dia até a data das demonstrações contábeis sendo que estas aplicações são realizadas em instituições financeiras de reconhecida solidez.
- b) **Contas a Receber de Clientes** – As contas a receber de clientes são registradas pelo valor faturado e enviado às Operadoras de Planos de Saúde, aos gestores do SUS e de contas particulares ainda não recebidas.
- c) **Estimativa de Perdas com Créditos de Liquidação Duvidosa – EPCLD** – Esta estimativa foi constituída em montante considerado suficiente pela administração para suprir as eventuais perdas na realização dos créditos e foi calculada seguindo os critérios estabelecidos pela Entidade, levando-se em consideração a inadimplência ocorrida nos últimos seis anos. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados, em razão de imprecisões inerentes ao processo da sua determinação.
- d) **Estoques** – Os estoques foram avaliados pelo custo médio de aquisição e não excedem os valores de mercado e referem-se aos produtos e materiais médico-hospitalares, de conservação e consumo, higiene, lavanderia, gêneros alimentícios e equipamentos de proteção até a data das demonstrações contábeis.
- e) **Adiantamento a Fornecedores e Outros Créditos** - São valores de adiantamento a fornecedores por conta da aquisição de bens e serviços, antes do recebimento do produto ou serviço solicitado ao fornecedor.



- f) **Despesas do Exercício Seguinte** – Este grupo é composto pelos seguros, relativas ao período de 2022, cujo período de vigência beneficia o exercício seguinte e estão representados pelo seu valor nominal.
- g) **Depósitos e Bloqueios Judiciais** - Registra-se os valores depositados em conta bancária ou bloqueados judicialmente, devidos a processos cíveis, trabalhistas e fiscais, os quais ficam provisionados nesta conta até que seja concluído o processo. Estes depósitos estão apresentados pelo valor atualizado e possuem passivos correspondentes que são revisados e atualizados os saldos conforme acompanhamento da unidade jurídica da entidade.
- h) **Precatórios a Receber** - São valores oriundos de um processo judicial contra a União ou suas autarquias e possui trâmites próprios. Os valores são atualizados pelos extratos emitidos junto aos órgãos competentes.
- i) **Imobilizado** – Na adoção inicial dos CPCs – Pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis em 2012, a Entidade optou por manter os saldos das Reservas de Reavaliação, e a sua respectiva realização através de depreciações dos bens reavaliados, conforme facultado pelo item 38 da NBC TG 13 – Adoção Inicial da Lei nº 11.638/07, aprovada pela Resolução CFC nº 1.152/09. Os ativos imobilizados são registrados: (a) pelo custo de aquisição ou construção, (b) por reavaliação de ativos e (c) por mais valia de bens (*deemed cost*) ocorrida em 2012, suportados laudos técnicos específicos. Conforme Lei nº 11.638/07, art. 6º e Resolução do CFC Nº 1.152/09 as contas que abrigam essas mais valias efetuadas sobre bens do ativo, terão seus saldos mantidos até a sua efetiva realização (através da venda de bens, depreciação ou amortização). Outros gastos são capitalizados apenas quando há um aumento nos benefícios econômicos desse item do imobilizado. Qualquer outro tipo de gasto é reconhecido no resultado como custo ou despesa quando incorrido.
- j) **Depreciação do Imobilizado** – A depreciação do imobilizado foi calculada com base nas taxas mencionadas no laudo interno elaborado pela entidade, com base na vida útil dos bens, baseado nos pronunciamentos técnicos emitidos a partir da Lei nº 11.638/07 (ICPC 10, CPC 27, CPC 28, CPC 37, CPC 43 e NBC TG 27 (R3)).
- k) **Obras em Andamento** – As construções em andamento são constituídas pelo custo do projeto acrescidas de custo de mão-de-obra e aquisições de materiais. Os valores de obras já prontas são transferidos para as contas de imobilizado adequadas e as obras sem continuidade são levadas para despesa.
- l) **Redução ao Valor Recuperável de Ativos** – A Entidade revisou o valor contábil líquido dos ativos em relação ao seu valor justo com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável, conforme previsto na Lei nº 11.638/07, na Deliberação CVM nº 527 e na NBC TG 01 (R1). Quando tais evidências são identificadas e o valor contábil excede o valor de mercado, é constituída provisão para deterioração ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. No período não foram apontadas divergências relevantes que obrigasse a Entidade a registrá-las em sua contabilidade.
- m) **Provisões** – Uma provisão é reconhecida em decorrência de um evento passado que originou um passivo, sendo provável que um recurso econômico possa ser requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas quando julgadas prováveis e com base nas melhores estimativas do risco envolvido. As provisões de férias e encargos foram provisionadas com base nos direitos adquiridos pelos empregados até a data das demonstrações contábeis. A liquidação das transações envolvendo essas provisões poderá resultar em valores diferentes dos estimados, em razão de imprecisões inerentes ao processo da sua determinação. As demonstrações contábeis da Entidade incluem, também, estimativas referentes a provisões necessárias para passivos contingentes trabalhistas. Não foram incluídas provisões de contingências cíveis por falta de informações adequadas. Os resultados reais podem apresentar variação em relação às estimativas.
- n) **Financiamentos e Parcelamentos** – Os financiamentos bancários estão apresentados pelo valor corrigido conforme quadro de credores da Recuperação Judicial e os parcelamentos de tributos vigente estão acrescidos de encargos financeiros incorridos até a data das demonstrações contábeis.
- o) **Tributos** – Os passivos tributários correntes do último exercício e de anos anteriores são mensurados ao valor recuperável esperado ou a pagar para as autoridades fiscais. As alíquotas e as leis tributárias usadas para calcular o montante dos tributos, são aquelas que estão em vigor ou substancialmente em vigor na data do balanço.
- p) **Receitas e Despesas** – As receitas e despesas foram reconhecidas de acordo com o regime de competência, exceto as receitas de doações e subvenções que são reconhecidas de acordo com a realização das despesas a elas vinculadas. As receitas da Entidade foram aplicadas integralmente em território nacional, na manutenção e no desenvolvimento de seus objetivos institucionais. Foi reconhecida como receita a isenção tributária e como despesa o valor do benefício tributário referente à cota patronal do INSS e da COFINS, obtido pelo direito de possuir o Certificado de Entidade Beneficente e de Assistência Social.
- q) **Receitas Antecipadas** – São valores referente a pacientes internados e que as contas ainda não foram encerradas, mas os custos referentes a esta internação já foram reconhecidos no resultado do exercício. Não foram reconhecidas receitas antecipadas (ou faturamento antecipado).
- r) **Apuração do Resultado** – O resultado foi apurado segundo o regime de competência. As receitas de prestação de serviços são mensuradas pelo valor justo (acordado em contrato, valores recebidos ou a receber) e reconhecidas quando for provável que benefícios econômicos futuros fluam para a Entidade e assim possam ser confiavelmente mensurados. Os



rendimentos e encargos incidentes sobre os Ativos e Passivos e suas realizações estão reconhecidos no resultado.

- s) **Ativo e Passivo Circulantes** – Os ativos e passivos de até 360 dias estão demonstrados no circulante.
- t) **Ajuste a Valor Presente** – Em cumprimento a Resolução CFC nº 1.151/09 e a Lei nº 11.638/07, foi efetuada análise específica quanto à necessidade ou não de aplicação do procedimento de Ajustes a Valor Presente, não sendo apurado nenhum efeito significativo ou relevante que justificasse, nos ativos e passivos, a adoção deste procedimento.
- u) **Obrigações Trabalhistas** – As obrigações trabalhistas, sociais e tributárias foram registradas de acordo com o quadro de funcionários, as provisões e os encargos delas decorrentes, estando os referidos encargos registrados pelo valor histórico.
- v) **Contas a Pagar a Fornecedores** – Os valores a pagar à fornecedores são obrigações com base em prazos normais de crédito e estão sujeitas a juros, e estão incluídos os valores negociados com os fornecedores através de termos de confissão de dívida.
- w) **Contas a Pagar de Honorários Médicos** – Os valores a pagar referentes a honorários médicos são obrigações geradas a partir de atendimentos de médicos a pacientes internados e ambulatoriais.
- x) **Demonstração do Fluxo de Caixa – DFC** – Foi elaborada em conformidade com a Resolução CFC nº 1.152/09 e também com a Resolução do CFC nº 1.296/10 (Demonstração dos Fluxos de Caixa), sendo utilizado o método de fluxo de caixa indireto.

NOTA 06 – CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	2.022	2.021
Caixa Geral	5.157,92	22.211,17
Bancos Conta Movimento	194.071,95	924.383,14
Aplicações Liquidez Imediata	14.870.466,24	3.083.863,57
Caixa e Equivalentes de Caixa	15.069.696,11	4.030.457,88

NOTA 07 – CONVÊNIO A RECEBER

	31/12/2022	31/12/2021
Convênios a Receber	6.955.881,83	5.966.700,43

NOTA 08 – SUS A RECEBER

	31/12/2022	31/12/2021
SUS a Receber	9.008.711,44	8.229.761,10

NOTA 09 – PARTICULARES A RECEBER

	31/12/2022	31/12/2021
Particulares a Receber	220.974,59	267.881,53

NOTA 10 – SUBVENÇÕES A RECEBER

	31/12/2022	31/12/2021
Subvenções a Receber	120.000,00	0,00

NOTA 11 – CARTÕES DE CRÉDITO A RECEBER

	31/12/2022	31/12/2021
Cartões de Crédito a Receber	33.030,56	29.547,11



NOTA 12 – ESTIMATIVA DE PERDAS COM CRÉDITOS DE LIQUIDAÇÃO DUVIDOSA – EPCLD

	31/12/2022	31/12/2021
Perdas Estimadas Créditos Liquidação Duvidosa	(3.790.014,44)	(2.917.294,77)

A Estimativa de Perdas com Créditos de Liquidação Duvidosa de 2022 foi constituída com base na perda média dos últimos cinco exercícios.

NOTA 13 – ADIANTAMENTO A FORNECEDORES

	31/12/2022	31/12/2021
Adiantamento a Fornecedores	5.174.426,20	6.627.266,36

NOTA 14 – OUTROS CRÉDITOS

	31/12/2022	31/12/2021
Outros Créditos	232.683,27	228.073,58

NOTA 15 – ESTOQUES

Os estoques foram avaliados pelo custo médio, e a composição dos estoques é a seguinte:

	2022	2021
Estoque Final de Medicamentos	889.877,12	884.776,55
Estoque Final de Material Médico Hospitalar	939.604,07	788.385,93
Estoque Final de Material de Laboratório	408.050,43	161.025,58
Estoque Final de Órtese e Prótese	172.783,35	0,00
Estoque Final de Gases Medicinais	17.981,86	0,00
Estoque Final de Material de Nutrição e Dietética	126.676,46	162.010,95
Estoque Final de Material de Expediente	51.163,54	72.635,65
Estoque Final de Material de Higiene Limpeza	132.830,02	76.413,06
Estoque Final de Material Manutenção Construção	5.879,07	7.679,14
Estoque Final de Combustíveis	650,00	0,00
Estoque Final de EPIS	0,00	33,00
Estoque Final de Material de Costura	8.000,00	0,00
Estoque Final de Bens de Pequeno valor	2.101,80	69,22
ESTOQUES	2.755.597,72	2.192.330,20

NOTA 16 – DESPESAS DO EXERCÍCIO SEGUINTE

	31/12/2022	31/12/2021
Despesas do Exercício Seguinte	36.277,72	36.347,59

NOTA 17 – DEPÓSITOS JUDICIAIS

	31/12/2022	31/12/2021
Depósitos e Bloqueios Judiciais	4.990.735,76	4.366.282,94

NOTA 18 – TÍTULOS DE CAPITALIZAÇÃO

	31/12/2022	31/12/2021
Títulos de Capitalização	20.219,33	19.604,71

NOTA 19 – PRECATÓRIOS A RECEBER

	31/12/2022	31/12/2021
Precatórios a Receber	5.700.662,87	5.700.662,87



Do montante de R\$5.700.662,87 contabilizado como Precatórios a Receber, a quantia de R\$2.194.919,17 refere-se a parcela incontroversa relativa à revisão das perdas sofridas pela Instituição no reajuste da tabela do SUS quando da implementação do Plano Real, integralmente classificado no longo prazo em razão do pedido de compensação com débitos tributários da Instituição junto à Receita Federal, e que está em processo de análise desde o exercício de 2012. Além de R\$ 3.505.743,70 oriundo de precatórios vencido por diversos hospitais filantrópicos acerca do não pagamento do PIS e do ressarcimento com valores corrigidos nos últimos cinco anos.

NOTA 20 – OUTROS CRÉDITOS DE LONGO PRAZO

	31/12/2022	31/12/2021
Outros Créditos de Longo Prazo	1.192.884,07	0,00

NOTA 21 – IMOBILIZADO

A movimentação do Imobilizado no exercício de 2022 se apresenta da seguinte forma:

CONTAS	Saldo em 31/12/2021	Adições	Baixas	Saldo em 31/12/2022
SALDO CONTÁBIL	121.362.591,75	(309.629,96)	(37.308,21)	121.015.653,58
TOTAL BENS IMOBILIZADO	174.846.290,94	1.978.026,84	(158.600,10)	176.665.717,68
Móveis e Utensílios	5.024.243,10	47.000,24	(31.903,64)	5.043.011,12
Máquinas e Equipamentos	17.188.135,84	530.737,84	(95.474,56)	17.623.399,12
Veículos	398.897,65	0,00	(4.220,00)	394.677,65
Computadores e Periféricos	1.612.321,06	268.609,13	(27.001,90)	1.850.256,97
Prédios e Construções	44.838.511,43	0,00	0,00	44.838.511,43
Reavaliação de Prédios	7.156.831,41	0,00	0,00	7.156.831,41
Mais Valia de Prédios	2.459.471,10	0,00	0,00	2.459.471,10
Reavaliação de Terrenos	3.769.528,12	0,00	0,00	3.769.528,12
Terrenos	5.623.600,00	0,00	0,00	5.623.600,00
Obras em Andamento	5.405.291,15	1.082.479,63	0,00	6.487.770,78
Bens em comodato	0,00	49.200	0,00	49.200,00
Mais Valia de Terrenos	81.369.460,08	0,00	0,00	81.369.460,08
TOTAL DEPRECIÇÃO	(53.483.699,19)	(2.287.656,80)	121.291,99	(55.650.064,10)
Deprec. Acum. Moveis Utensílios	(4.166.964,79)	(148.143,23)	26.337,23	(4.288.770,79)
Deprec. Acum. Máquinas e Equipamentos	(11.379.633,26)	(810.523,43)	65.514,55	(12.124.642,14)
Deprec. Acum. Veículos	(398.897,65)	0,00	4.220,00	(394.677,65)
Deprec. Acum. Computadores e Perifér.	(1.223.655,62)	(137.802,94)	25.220,11	(1.336.238,45)
Deprec. Acum. Prédios	(29.400.912,45)	(806.535,12)	0,00	(30.207.447,57)
Deprec. Acum. Reavaliação Prédios	(5.987.234,30)	(286.273,20)	0,00	(6.273.507,50)
Deprec. Acum. Mais Valia Prédios	(926.401,12)	(98.378,88)	0,00	(1.024.780,00)

NOTA 22 – REDUÇÃO AO VALOR RECUPERÁVEL DE ATIVOS

A Entidade revisou o valor contábil líquido dos ativos em relação ao seu valor justo com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável, conforme previsto na Lei nº 11.638/07, na Deliberação CVM nº 527 e na NBC TG 01 (R1). Quando tais evidências são identificadas e o valor contábil excede o valor de mercado, é constituída provisão para deterioração ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. No período não foi necessário ajustes referente a redução ao valor recuperável de ativos.

NOTA 23 – OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO (PASSIVO CIRCULANTE)

Este grupo está composto pelo seu valor nominal, original e representa o saldo credor de fornecedores em geral, obrigações fiscais, empregatícias, tributárias e outras obrigações, bem como as provisões sociais.



NOTA 24 – FINANCIAMENTOS

Os financiamentos junto às instituições financeiras estão assim representados:

Modalidade	2022		2021	
	Curto Prazo	Longo Prazo	Curto Prazo	Curto Prazo
Capital Giro RJ	0,00	81.879.098,31	16.679.648,14	65.282.164,68
Investimento Fixo	0,00	0,00	2.882890,98	0,00
Saldo	0,00	81.879.098,31	19.562.539,12	65.282.164,68

Os empréstimos bancários na sua totalidade foram transferidos para o passivo não circulante pois estão inseridos no processo de recuperação judicial e o valor está em conformidade com o quadro de credores atual.

NOTA 25 – OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E TRABALHISTAS

As obrigações tributárias estão assim compostas

Descrição da Conta	2022	2021
IRF Sobre Ordenados	558.529,65	1.686.605,77
IRF Sobre Honorários	92.777,41	392.121,60
IRF Sobre Serviços	210.752,22	107.192,98
PIS, COFINS, CSLL Terceiros	665.008,81	345.345,46
ISSQN a Recolher	322.054,52	232.297,36
INSS - Santa Casa	1.144.368,31	1.070.912,22
FGTS - Parcelamento Rescindido CP	0,00	12.305.723,62
FGTS- Parcelamento Rescindido LP	12.293.848,62	0,00
FGTS - Santa Casa CP	3.304.457,95	13.626.123,52
FGTS- Santa Casa LP	13.517.477,10	0,00
Parcelamento Simplificado Não Previdenciário	181.088,99	260.509,68
Parcelamento Simplificado Não Previdenciário Longo Prazo	227.945,97	227.945,97
Parcelamento Previdenciários Rescindidos CP	0,00	33.331.233,87
Parcelamento Previdenciários Rescindidos LP	35.973.781,62	0,00
Parcelamento Não Previdenciários Rescindidos CP	0,00	45.408.139,05
Parcelamento Não Previdenciários Rescindidos LP	49.938.721,56	0,00
Processos Fiscais em Aberto CP	0,00	9.065.599,00
Processos Fiscais em Aberto LP	60.537.416,99	0,00
Multas Trabalhistas a Pagar LP	1.888.199,78	0,00
Total	180.856.429,50	113.128.674,29

NOTA 26 – PASSIVO NÃO CIRCULANTE

Este grupo é composto por tributos em atraso não parcelados e os débitos incluídos na recuperação judicial cujo vencimento ultrapassam a 31/12/2023, além das provisões contingenciais.



NOTA 27 – SUBVENÇÕES OU CONVÊNIOS PÚBLICOS E DOAÇÕES

São recursos financeiros provenientes de convênios firmados com órgãos governamentais, e tem como objetivo principal operacionalizar projetos e atividades pré-determinadas. Periodicamente a Entidade presta conta de todo o fluxo financeiro e operacional aos órgãos competentes, ficando também toda documentação a disposição para qualquer fiscalização. Para a contabilização das subvenções governamentais, a Entidade, atendeu a NBC TG 07 (R1) – Subvenção e Assistência Governamentais e a ITG 2002 – Entidade sem Finalidade de Lucros. A entidade recebeu, no decorrer do período, as seguintes subvenções do Poder Público Federal, Estadual e Municipal:

Órgão	Origem	2022	2021
Ministério da Saúde	Combate a Covid 19	1.696.306,00	16.454.211,38
Ministério da Saúde	Emendas Parlamentares	4.285.000,00	0,00
Governo do estado	Projeto nota solidária	37.529,33	107.304,34
Governo do estado	Consulta popular 2018-2019	0,00	53.882,49
Prefeitura Municipal	Convênio 044/2019	1.800.000,00	7.500.000,00
Prefeitura Municipal	Convênio 177/2022	5.400.000,00	8.159,43
Prefeitura Municipal	Convênio 219/2019	357.471,90	160.032,16
Prefeitura Municipal	Convênio 478/2021	0,00	300.000,00
Prefeitura Municipal	Convênio 504/2022	576.000,00	0,00
Prefeitura Municipal	Convênio 191/2022	634.500,00	0,00
Prefeitura Municipal	Convênio 873/2022	78.000,00	0,00
TOTAL		14.864.807,23	24.583.589,80

Os recursos recebidos foram aplicados na manutenção dos programas e obras sociais e filantrópicas da Entidade. Eventualmente a Entidade recebe doações ou contribuições de pessoas físicas ou jurídicas. Em conformidade com a ITG 2002 – Entidade sem Finalidade de Lucros, estas receitas são reconhecidas no resultado. Os valores recebidos de doações em 2022 perfizeram o montante de R\$ 160.660,10.

NOTA 28 – RECEITAS

Em atendimento a NBC TG 47/16, as receitas (fontes de recursos) da Entidade oriundas das atividades fins (prestação de serviços em saúde), são mensuradas pelo valor original recebido ou a receber, com base nos atendimentos efetuados. Outras receitas (fins e sustentáveis) também seguem o mesmo critério, ou seja, reconhecida quando for provável que os benefícios econômicos associados à transação fluirão para a entidade. Estão sendo demonstrados abaixo os montantes relativos a cada categoria significativa (relevante) de receita reconhecida durante o período:

Conta Contábil	2022	2021
Receita com SUS	69.502.134,30	64.918.445,22
Receita Convênios Privados	16.106.877,42	17.182.313,69
Receita com Particulares	4.275.857,31	3.192.097,92
Receitas de Outras Atividades	427.057,24	17.184.309,58
Receitas Isenções Tributárias	14.855.354,15	16.733.001,33
Subvenções e Doações Recebidas	14.864.807,23	24.583.589,80
Aluguéis Recebidos	2.530.136,62	2.343.487,52
Deduções das Receitas	(2.352.428,94)	(4.989.960,28)
RECEITA OPERACIONAL BRUTA	120.214.795,33	141.147.284,78

NOTA 29 – TRABALHO VOLUNTÁRIO

Conforme Resolução CFC nº 1.409/12, a Entidade reconhece pelo valor justo a prestação do serviço não remunerado do voluntariado, que é composto essencialmente por pessoas que dedicam o seu tempo e talento à uma importante participação em várias ações realizadas pela Entidade. No exercício de 2022 não foram feitos trabalhos voluntários junto a Entidade de forma contínua que pudessem ser mensurados.

NOTA 30 – DO RESULTADO DO PERÍODO

O déficit do período de 2022 será incorporado ao Patrimônio Social em conformidade com as exigências legais, estatutárias e a Resolução ITG 2002 (R1) – Entidade Sem Finalidade de Lucros, em especial no item 15, que descreve que o *superávit* sem restrição ou o *déficit* do exercício deve ser registrado na conta do Patrimônio Social.



NOTA 31 – COBERTURA DE SEGUROS

Para atender medidas preventivas adotadas permanentemente, a Entidade efetua a contratação de seguros em valor considerado suficiente para a cobertura de eventuais sinistros, assim, atendendo o princípio contábil de continuidade.

Propriedades	Cobertura	Companhia/Apólice	Valor segurado (R\$)
Veículos	Casco	Seguros Sura	Mercado
Prédio Hospital	Incêndio e Outros	Unimed Seguros Patrimoniais S.A.	81.500.000,00

NOTA 32 – APLICAÇÃO DOS RECURSOS

Os recursos da entidade foram aplicados integralmente nas finalidades institucionais de conformidade com o Estatuto, demonstrados pelos custos, despesas e investimentos patrimoniais.

NOTA 33 – ISENÇÃO TRIBUTÁRIA

Em atendimento aos Decretos n.º 8.242/14 e n.º 7.300/10, são demonstrados a seguir, os valores relativos às isenções sociais, como se devido fossem durante os exercícios:

	2022	2021
Cota Patronal Previdenciária	11.694.367,19	13.279.698,61
COFINS	3.160.986,96	3.453.302,72
Totais	14.855.354,15	16.733.001,33

Tais valores foram contabilizados entre os custos e despesas operacionais nos referidos exercícios e como receita operacional, não alterando, assim, o resultado apurado no exercício.

NOTA 34 – CUMPRIMENTO DE METAS COM O SUS

Em cumprimento a Lei Complementar n.º 187/2021 e Lei n.º 12.868/13 (e regulamentações), do Decreto n.º 8.242/2014 e da Portaria GM/MS n.º 834/2016, durante o exercício de 2021 os atendidos pelo Sistema Único de Saúde – SUS, foi de mais de 99,05% do total de sua capacidade operacional, conforme quadro:

	2022		2021	
	Quant.	%	Quant.	%
Pacientes/Dia				
Número Pacientes/Dia SUS	73.697	83,5	73.952	85,03
Número Pacientes/Dia Não SUS	14.585	16,5	13.015	14,97
Total Pacientes/Dia	88.282	100,00%	86.967	100,00%
Atendimentos Ambulatoriais	Quant.	%	Quant.	%
SUS	73.416	96,4	66.514	95,18
Não SUS	2.726	3,6	3.368	4,82
Total de Atendimentos Ambulatoriais	76.142	100,00%	68.882	100,00%
Atenção a ações prioritárias				
Atenção oncológica.		1,50%		1,50%
Atenção às urgências e emergências.		1,50%		1,50%
Atendimentos voltados aos usuários de álcool, crack e outras drogas.		1,50%		1,50%
Hospital de ensino		1,50%		1,50%
Percentual Total de Ações Prioritárias				6,00%
Atendimento SUS				
Número Pacientes/Dia SUS		83,50%		85,03%
Atendimento Ambulatoriais SUS		10,00%		10,00%
Atenção a Ações Prioritárias		6,00%		6,00%
Total % Atendimento SUS		99,50%		101,03%

Estes valores superam a quantidade mínima de atendimento exigido, que é de 60%. É importante destacar que a Entidade não estabelece nenhum limite quantitativo ou de demanda, atendendo a 100% da população que aceita as condições de atendimentos estabelecidos na legislação do próprio SUS, e em especial aos procedimentos de maior complexidade buscados pela população.



NOTA 35 – PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS JURÍDICAS

A provisão para contingências jurídicas foi ajustada baseada em relatórios fornecidos pelos advogados da Entidade, ficando no montante de R\$457.064,44 com possibilidade provável de perda para questões trabalhistas de ações inerentes a período posterior ao pedido de Recuperação Judicial. As causas trabalhistas anteriores foram inseridas no contexto da Recuperação Judicial como credores trabalhistas, valor devidamente contabilizado. Não houve provisão de contingências para questões civis, pois foram todos os processos inseridos na Recuperação Judicial. Em relação aos processos classificados como possíveis, foi estipulado o montante de R\$1.476.814,33 para trabalhistas, valores estes não contabilizados.

NOTA 36 – VALORES INTEGRANTES DA RECUPERAÇÃO JUDICIAL

Os valores constantes no quadro de credores da Recuperação Judicial são os seguintes:

Quadro resumo da conclusão da fase de verificação de créditos.	Credores Valor R\$	Credores Quantidade
Classe I - Trabalhista	61.325.043,78	1.725
Classe III - Quirografários	158.394.076,24	319
Classe IV - ME/EPP	2.206.233,11	204
Total	221.925.353,13	

Para tanto, as contas contábeis inerentes a valores constantes na Recuperação Judicial foram assim ajustadas:

	Valor Relação de Credores RJ	Provisão Contingencias Contábil	Saldo Contábil	Diferença Ajustada
Ação Cível	13.784.441,03	15.103.581,24	0,00	(1.319.140,21)
Ação Trabalhista	32.578.577,17	20.534.277,94	26.228.369,42	(6.239.072,69)
Salários e Rescisões	7.944.997,50			
Empréstimos	81.879.098,31	0,00	86.323.148,51	(4.444.050,20)
Fornecedores	65.830.198,61	0,00	40.461.039,34	25.369.159,27
Serviços PJ e Médicos	7.009.150,86	0,00	0,00	7.009.150,86
Rescisões Médicos	12.898.889,67	0,00	0,00	12.898.889,67
TOTAL	221.925.353,15	35.637.859,18	153.012.557,27	33.274.936,70

NOTA 37 – CONTINUIDADE OPERACIONAL

Face a crise que atualmente a Entidade sofre, agravada pela intervenção municipal encerrada em abril de 2017, os *déficits* anuais estão se acumulando, provocando aumento de dívidas, a ponto de o Capital Circulante Líquido ficar negativo, ocasionando também que o Patrimônio Social e o Patrimônio Líquido também ficassem com seus saldos negativos, momento em que há risco de continuidade operacional.

Medidas estão sendo tomadas, inclusive com a troca da Governança Corporativa e da Gestão Operacional e a adesão ao plano de Recuperação Judicial, que repercutirão no curto e longo prazo na sustentabilidade financeira da Entidade.

Rio Grande – RS, 31 de dezembro de 2022

Renato Aldair Menezes da Silveira
Presidente
CPF 237.817.770-49

Fábio Freitas Alonso
Contador CRCRS 073973